

Alex Lima ROCHA

Livio Martins SOARES

Sudário Papa FILHO

PERÍCIA CONTÁBIL: IMPACTOS DA OBRIGATORIEDADE DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NA PERÍCIA CONTÁBIL TRABALHISTA

Palavras-chave: Perícia trabalhista; Cálculos Judiciais; Processo Judicial Eletrônico.

INTRODUÇÃO

O estudo buscou analisar a atual forma de demonstração de cálculo na liquidação de sentença no âmbito da perícia contábil trabalhista, considerando a obrigatoriedade da utilização de um sistema unificado para execução e elaboração dos cálculos pelo perito contador. De acordo com o sítio do Tribunal Regional do Trabalho-TRT da 8ª Região, o sistema de Cálculo Trabalhista foi desenvolvido para utilização em toda a Justiça do Trabalho como ferramenta padrão de elaboração de cálculos trabalhistas e liquidação de sentenças, visando a uniformidade de procedimentos e confiabilidade nos resultados apurados. O programa foi direcionado a peritos, advogados e ao público em geral, e conta com as mesmas funcionalidades da versão utilizada nos Tribunais, o que garante a padronização na elaboração de cálculos trabalhistas a serem apresentados em processos (ALMEIDA, 2011).

METODOLOGIA

A pesquisa foi descritiva, pois possibilita o estudo, interpretação e análise dos fatos e exploratória, necessária pela participação de usuários, em curso, sobre o assunto e melhor delimitar o tema do estudo (GIL, 2010, p.27-29). E quanto aos meios a pesquisa foi bibliográfica, em razão das consultas em fontes secundárias; e de campo, pois se utilizou de amostragem de pessoas, na empresa pesquisada, para as coletas de dados e entrevista.

Foi, também, estudo de caso participante, pois visava buscar interesses da comunidade a partir de sua própria análise e encontrar problemas reais para serem debatidos (GIL, 2010, p.117).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O PJe-Calc Cidadão é um software de cálculos trabalhistas disponibilizado ao público em geral, especialmente para advogados e peritos. Ele foi criado pelo TRT8 para padronizar a elaboração de cálculos trabalhistas em todos os tribunais do Brasil.

Figura 1 – PJe-Calc Cidadão.



Fonte: <<https://pje.csjt.jus.br/manual/index.php/PJECalc#Apresenta.C3.A7.C3.A3o>>. Acesso em: 09 ago 2021.

O objetivo dessa plataforma foi padronizar a prática dos cálculos trabalhistas, em âmbito nacional, para dar maior velocidade a liquidação das decisões, sejam elas de primeiro ou segundo grau. De acordo com os dados coletados, 40% das respostas apresentadas em relação ao sistema demonstra que a implantação do PJE-CALC foi favorável na execução de cálculos simples, atingindo o objetivo dos desenvolvedores quanto a padronização na forma de apresentação dos cálculos na Justiça do Trabalho (PORTAL CÁLCULO JURÍDICO, 2020).

Os resultados demonstram que 86% dos entrevistados participaram dos cursos oferecidos para utilizar a ferramenta, sendo que os demais, 14% não participaram de cursos externos, contudo foram qualificados pelos demais colaboradores-peritos da empresa

(PIRES, 2011). Ao responder sobre a eficácia do sistema na execução dos cálculos, 100% dos entrevistados informaram que o objetivo do programador que era padronizar as demonstrações foram atendidas, em apurações de baixa complexidade, o objetivo do programa consegue atender as expectativas de todos os usuários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados coletados demonstram, que o tempo na elaboração dos cálculos após o uso da ferramenta aumentou consideravelmente, pois 86% dos entrevistados informaram que estão demorando mais tempo no uso da ferramenta e reduzindo a produtividade após a implantação do sistema. Os dados ainda demonstram que para execução de cálculos mais complexos, o sistema não se mostrou favorável, pois 100% dos entrevistados informaram que o sistema não é eficaz na elaboração de cálculos com maior complexidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo César Gonçalves de. **Introdução à perícia contábil**. Belo Horizonte: CRC-MG, 2011. 123 p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PIRES, Marco Antonio Amaral. **Laudos periciais contábil na decisão judicial**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2011. 296 p.

PORTAL CÁLCULO JURÍDICO. Disponível em: <<https://calculojuridico.com.br/pje-calc-como-instalar/>>. Acesso em: 27 jun. 2020.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO. Disponível em: <<https://www.trt8.jus.br/pjecalc-cidadao>>. Acesso em: 27 jun. 2020.